

## **6. Defesa Nacional e Forças Armadas ao serviço de Portugal**

**6.1. A política de Defesa Nacional do governo** prosseguiu o caminho da subordinação aos interesses dos EUA, da NATO e ao projecto de militarização da UE, no plano conceptual e doutrinário e no aumento da dependência, nomeadamente pela crescente inserção em projectos e forças multinacionais que visam a partilha de importantes instrumentos de acção da nossa defesa militar, de que resultam limitações e perda de capacidades nacionais, e a conseqüente alienação de soberania.

As alterações legislativas introduzidas, no esteio do governo anterior, acentuaram o caminho da governamentalização e concentração de poderes, limitaram a capacidade operacional, degradaram a Condição Militar, puseram em causa direitos sociais e criaram crescentes entropias no desenvolvimento das carreiras.

### **6.2. Uma política de Defesa Nacional ao serviço de Portugal e da sua soberania, com particular atenção às Forças Armadas e aos militares, exige:**

- Um quadro legislativo orientado para o cumprimento dos desígnios constitucionais, nomeadamente um Conceito Estratégico de Defesa Nacional exequível e que rejeite uma visão subserviente relativamente à NATO e à União Europeia;
- Uma organização das Forças Armadas assente no equilíbrio entre os três ramos, orientada para a racionalização de meios, a melhoria da capacidade operacional e a promoção de uma verdadeira cultura de cooperação inter-ramos;
- Adequação da Lei de Programação Militar às reais necessidades e possibilidades do País;
- Reposição de direitos na área da saúde e dos apoios sociais;
- Melhoria das carreiras, do sistema retributivo e dos direitos de cidadania militar;
- Definição de uma nova política para os Estabelecimentos Fabris e outras empresas estratégicas na área da Defesa, assente no interesse nacional e na salvaguarda da reserva de soberania;
- Reconhecimento do “estatuto de ex-combatente”, reforçando apoios nas áreas da saúde, dos apoios sociais e apoios técnicos;
- Dissolução da NATO e a oposição a qualquer bloco político-militar europeu e ao crescente envolvimento de Portugal em forças multinacionais fora do âmbito da ONU e em desrespeito pelo direito internacional.

Uma política patriótica e de esquerda exige: ruptura com a política de subserviência à NATO, uma organização das Forças Armadas assente no equilíbrio entre os três ramos, orientada para a racionalização de meios e a melhoria da capacidade operacional, o respeito pelo consagrado no Estatuto da Condição Militar, a melhoria das carreiras, do sistema retributivo e dos direitos de cidadania militar.